



**“Histórias do Trabalho no Sul Global”**

**“Historias del Trabajo en el Sur Global”**

**“Labour Histories from the Global South”**

**I Seminário Internacional de História do Trabalho**

**V Jornada Nacional de História do Trabalho**

**Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**

**25-28 de Outubro de 2010**

---

**Praça em greve:  
Protestos e organização de pequenos lavradores,  
quitandeiras e *pombeiros* no Rio de Janeiro do século  
XIX**

Juliana Barreto Farias<sup>1</sup>

Em outubro de 1885, um dos principais centros de compra e venda de gêneros alimentícios da corte teve suas atividades paralisadas por quase uma semana. Desde o dia 5 daquele mês, quando foram inauguradas novas barracas para venda de legumes e hortaliças na Praça das Marinhas, à margem da doca do grande e movimentado Mercado da Candelária, uma greve havia sido organizada pelos trabalhadores que ali estacionavam seus cestos e tabuleiros. Pequenos lavradores e negras quitandeiras não aceitavam pagar a diária de 400 réis cobrada pelos empresários do consórcio Oliveira & C., que arrendara o terreno à Câmara e construía as barraquinhas. Em protesto, recusaram-se a vender seus produtos e ainda impediram que barcos e carroças que vinham das freguesias suburbanas

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social na USP e bolsista do CNPq. Este texto apresenta resultados parciais de um projeto financiado pela Biblioteca Nacional, com uma bolsa de Produtividade em Pesquisa nos anos de 2007 e 2008. Uma análise ampla pode ser consultada em: FARIAS, Juliana Barreto. “Mercado em greve: protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio, década de 1880”. *Anais da Biblioteca Nacional*, 2010 (no prelo).

e de locais mais distantes descarregassem no cais. Rapidamente os conflitos tomaram as ruas e ganharam as folhas impressas da capital do império.

Até fins da década de 1880, movimentos grevistas como este não eram as formas mais usuais de luta dos trabalhadores cariocas. Decerto que paralisações do trabalho já ocorriam na corte desde pelo menos meados do século XIX, envolvendo até mesmo escravos. Em 1857, os cativos que trabalhavam na Fábrica da Ponta D'Areia, um dos maiores estabelecimentos da cidade, de propriedade do visconde de Mauá, se recusaram a prosseguir com suas atividades. No ano seguinte, foi a vez dos tipógrafos pararem nas três folhas diárias da corte, naquela que já foi considerada “a primeira greve do Rio de Janeiro, talvez do Brasil”. Podemos citar ainda a luta dos caixeiros contra a abertura do comércio aos domingos em 1866 e a greve dos cocheiros da Botanical Garden Rail Road, em 1873, que exigiam a readmissão de companheiros demitidos<sup>2</sup>. Contudo, como destaca o historiador Marcelo Badaró, foi só a partir do final do século XIX que as greves se generalizaram no Rio, assumindo contornos de principal instrumento de classe.<sup>3</sup>

Na greve da Praça das Marinhas, um grupo de mais de cem quitandeiros e pequenos agricultores das zonas suburbanas do município do Rio, das freguesias rurais de Niterói e de áreas mais afastadas da capital carioca tanto mediu forças com empresários e vereadores, quanto conseguiu redefinir as formas de pressão aceitáveis na defesa de seus interesses.<sup>4</sup> Mas quem eram exatamente esses trabalhadores? Que interesses os uniam ou mesmo dividiam alguns deles? Como os protestos foram organizados naqueles dias? E por que o movimento mobilizou tanta gente, desde pequenos mercadores e vereadores, até consumidores, jornalistas e o próprio imperador D. Pedro II?

<sup>2</sup> CF. GOMES, Flávio dos Santos. “História, protesto e cultura política no Brasil escravista”. In: SOUZA, José Prata de. (org.) *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Aperj, 1998, p. 66. LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 3. MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850-1910)”. In: MATTOS, M. B. (org). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/Faperj, 2004, p.33. POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Para Salvador, ver: REIS, João J. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, 18, 1993, pp. 8-21.

<sup>3</sup> MATTOS, op. cit., p.33.

<sup>4</sup> Cf. FORTES, Alexandre. “O direito, a lei e a ordem. Greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da primeira República”. In: LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes Mendonça. *Direitos e justiça no Brasil. Ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 344.

Examinando notícias, crônicas e ilustrações publicadas em revistas e jornais da corte, debates travados pelos vereadores e ainda ofícios, abaixo-assinados e licenças enviadas à Câmara Municipal, é possível tanto acompanhar a “greve *a la minute*”, para usar os termos de um cronista da *Gazeta de Notícias*, como revelar personagens, atitudes e identidades muitas vezes sepultados pelo cotidiano do trabalho e da cidade, mas que muito dizem sobre a dinâmica de formação da classe e de seus conflitos. Como lembra Michele Perrot, uma greve é uma relação dinâmica, que não só apresenta os homens e mulheres nela envolvidos, como também a classe dos empregadores, o Estado e a opinião pública, tal qual aparecem no espelho posto à sua frente pelos trabalhadores<sup>5</sup>.

## De “tempos imemoriais”

Na petição que enviaram ao imperador D. Pedro II, logo no primeiro dia da greve, mais de cinquenta produtores e mercadores destacavam que, “desde tempos imemoriais, a praça das marinhas era destinada ao gozo do público, onde se tinha lugar e se realizava a feira do mercado diário”.<sup>6</sup> E de fato, desde pelo menos meados do século XVII, negras de tabuleiro e vendedores ambulantes de peixe reuniam-se à beira mar, nas proximidades do terreiro do Carmo, mais tarde conhecido como Largo do Paço.<sup>7</sup> Bem perto da Alfândega, entre a rua do Mercado e o cais das Marinhas, formavam um pequeno e ruidoso mercado - mais conhecido como Mercado da Praia do Peixe – que crescia ao acaso, sem um alinhamento definido<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> PERROT, Michele. *Workers on strike, 1871-1890*. Nova Haven/Londres: Yale University, 1987, pp. 4-5. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Tese apresentada para concurso de professor titular de História do Brasil da UFF, 2005.

<sup>6</sup> A petição, assinada coletivamente pel’*O povo*, e ratificada por 47 lavradores, pequenos comerciantes e comissários das freguesias rurais de Niterói e das zonas suburbanas do Rio de Janeiro, foi integralmente publicada na edição de 6 de outubro de 1885 do *Jornal do Commercio*.

<sup>7</sup> Inicialmente terreiro do Ó – e depois da Polé –, a área ficou conhecida como terreiro do Carmo, quando ali construíram a igreja e o convento dos carmelitas. Mais tarde, passou a ser chamada de Largo do Paço e, em seguida, praça d. Pedro II. Com a proclamação da República, ganhou a denominação de Praça XV de Novembro, que continua até hoje. Cf. GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, pp. 26-32. FRIDMAN & GORBERG, op. cit., p. 2.

<sup>8</sup> CORACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3 ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988, p.60. Em 1638, a Câmara do Rio estabeleceu que os pescadores venderiam suas mercadorias no trecho que compreendia a Praia de Nossa Senhora do Carmo até a porta do Governador, ou seja, entre a atual Praça XV e a rua da Alfândega. Cf. FRIDMAN & GORBERG, FRIDMAN, Sergio A. & GORBERG, Samuel. *Mercados no Rio de Janeiro. 1834-1962*. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003, p. 2.

Com o contínuo ajuntamento de novas bancas, o vice-rei Luiz de Vasconcellos ordenou, em 1789, que as barracas de peixe fossem reconstruídas com regularidade e simetria. Mas a algazarra dos vendedores, a lama e toda sorte de detritos que se amontoavam por ali não deixavam de desagradar boa parte da população. Alguns diziam que o “vozerio” era tal que perturbava as sessões no Senado da Câmara, que ficava logo ao lado<sup>9</sup>. Mesmo com os protestos e as determinações para que os vendedores fossem removidos para outro local, um novo mercado só começou a ser construído na década de 1830<sup>10</sup>.

Com projeto do arquiteto francês Grandjean de Montigny, as obras do edifício da Praça do Mercado, também chamada de Mercado da Candelária, iniciaram-se em 1834, mas só foram concluídas em 1841. O acesso à Praça era feito por quatro portões monumentais, um em cada lado, conduzindo a ruas transversais que se cruzavam no centro, junto a um chafariz de pedra lavrada. Outras ruas calçadas acompanhavam as quatro faces, abrindo-se para elas tanto as lojas externas, como as do pavilhão central. Ocupando todo um quarteirão, dividia-se ainda em três áreas: o *centro*, destinado para venda de hortaliças, legumes, aves e ovos; o *lado do mar*, para peixe fresco, seco e salgado; e o *lado da rua* (voltado para a rua do Mercado e o Largo do Paço), para cereais, legumes, farinha e cebolas.

De acordo com o regulamento aprovado pela Câmara Municipal em 1844, as cento e doze bancas e casas do prédio da Praça podiam ser alugadas a cada semestre por “pessoas livres e capazes”<sup>11</sup>. Entre os arrendatários, destacavam-se portugueses, brasileiros e também africanos da “nação” mina. Numa pesquisa preliminar nos códices sobre o Mercado, guardados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e nas listas de locatários publicadas anualmente no *Almanak Laemmert* entre o período de 1844 e 1889, verifiquei que, durante mais de vinte anos, toda uma área do interior do mercado estava ocupada por homens e mulheres procedentes da Costa da Mina. Há histórias como a do forro Luiz Laville, que arrendava a banca 41, uma pequena quitanda de verduras iniciada por sua mulher, a preta mina Felicidade Maria da Conceição. Vendendo peixe na

<sup>9</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante AGCRJ), Ofício da Secretaria de Estado de Negócios para o Senado da Câmara de 21/04/1823.

<sup>10</sup> Cf. FRIDMAN & GORBERG, op. cit., p. 12. CORACY, op. cit.

<sup>11</sup> *Almanak Laemmert*, 1844, p. 239. Cf. Regulamento da Praça do Mercado, apresentado em sessão da Câmara Municipal de 17 de novembro de 1843 e publicado em edital no dia 20 de agosto de 1844, transcrito em: FRIDMAN & GORBERG, op. cit., pp. 14-23.

barraca 77, a preta forra mina Rosa Maria Rocha dava continuidade ao negócio de seu marido e companheiro de “nação”, Antonio Francisco Ramos, falecido em 1852. Já a liberta mina Emília Soares do Patrocínio, ao lado de seu marido, o também mina Joaquim Manuel Pereira, era locatária de três barracas para venda de aves e verduras e ainda possuía outros três tabuleiros, com os quais suas escravas mercadejavam ali na Praça e pelas ruas da cidade<sup>12</sup>.

Na Praça das Marinhas, em frente à doca contígua ao mercado, desembarcavam os gêneros da roça e o pescado que escravos e outros trabalhadores traziam em *canoas de ganho*, saveiros, faluas e barcos vindos das zonas suburbanas do Rio de Janeiro e das áreas rurais de Niterói. Os gritos dos negros que transportavam cestos de peixes ali na beirada faziam o norte-americano Thomas Ewbank lembrar de disputas muito semelhantes travadas no rio Níger (Lagos), na região da atual Nigéria.<sup>13</sup> Bem próximo, lavradores, seus consignatários, negociantes e quitandeiras vendiam, revendiam e compravam “gêneros de primeira necessidade”, como frutas, ovos, legumes e cereais, “sem o menor abrigo, apenas algumas pequenas barracas volantes ou algum chapéu de sol”<sup>14</sup>. E ainda havia os *pombeiros* – mercadores avulsos de peixe – que, apesar das proibições, serviam como intermediários entre pescadores e consumidores. No início do século XIX, eram sobretudo os cativos das “nações” mina, cabinda e congo que se ocupavam do “negócio de *pombear*”. Mas, a partir da década de 1850, libertos africanos e crioulos, brasileiros brancos, portugueses e até mesmo chineses também passaram a se dedicar a este ramo do pequeno comércio<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> Cf. AGCRJ, Códices 61-1-7; 61-1-9; 61-1-11; 61-1-12; Mercado da Candelária.

<sup>13</sup> EWBank, Thomas. *A vida no Brasil, ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 84.

<sup>14</sup> AGCRJ, Códice 61-2-17: Mercado da Candelária (1870-1879), p.28.

<sup>15</sup> Derivada do termo quimbundo *mpumbu*, a expressão *pombeiro* designava, no século XVI, negros e mestiços (escravos ou libertos) e também portugueses, emissários de comerciantes europeus, que se estabeleciam nos mercados litorâneos da costa centro-ocidental africana, trazendo cativos e mercadorias de áreas do interior de Angola, Benguela ou Congo. Mais tarde, indicaria ainda os atravessadores e vendedores ambulantes de peixe que atuavam em diferentes pontos da região. Mas a palavra não ficou restrita à sua área de origem, generalizando-se na África portuguesa e ganhando o Brasil, onde o comércio se desenvolvia em condições similares. Ao atravessar o Atlântico, contudo, iria adquirir ainda novos contornos. De “comerciantes do mato” do contexto angolano transformar-se-iam, no Rio de Janeiro do século XIX, em “mercadores avulsos”. Cf. FARIAS, Juliana Barreto. “*Pombeiros* e o pequeno comércio no Rio de Janeiro do século XIX”. In: SOARES, Mariza de Carvalho & BEZERRA, Nielson (orgs.). *Casa, trabalho e negócios: a escravidão africana no Recôncavo da Guanabara*. (no prelo; a sair pela EdUFF, 2010). ZERON, Carlos Alberto. “Pombeiros e tangosmaos, intermediários do tráfico de escravos na África”. *Actes du Colloque Passeurs Culturels – Mediateurs Culturels*, Lagos (Portugal), 9 a 11 de outubro de 1997. Lisboa: Fundação Callouste Gulbenkian, 1998; RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*:

Pelo regulamento da Praça, o peixe fresco só podia ser vendido nas bancas do interior do mercado ou nas barracas alugadas nas Marinhas. Ou ainda nas canoas de pescadores estacionadas no cais. Iludindo os fiscais, os *pombeiros* arrematavam os peixes para vender pelas ruas da cidade e aproveitavam para oferecê-los ali mesmo na Praça e na rampa da doca. Uma das estratégias era, em associação com os pescadores, tirar licenças para pesca na Capitania do Porto, mesmo sem estarem efetivamente habilitados para o ofício. Em outros casos, muitos arrendatários de bancas do interior da Praça compravam o pescado diretamente dos pescadores, vendiam em leilão aos *pombeiros*, que, por sua vez, os revendiam ao público<sup>16</sup>.

Mas eles não eram os únicos a driblar a municipalidade. De acordo com J. Pereira Rego, fiscal municipal nomeado para a Comissão de licenças, alvarás, mercados públicos e Praça do Mercado, cada toldo, ou chapéu de sol, montado na Praça das Marinhas deveria pagar uma licença anual de 100\$000. Entretanto, ao fazer uma vistoria no local em 23 de fevereiro de 1865, constatou que muitos vendiam sem qualquer autorização. Pela relação da Secretária municipal, somente 35 toldos estariam licenciados. Só que, naquela visita, ele anotou “49 armados, os quais, e talvez ainda mais, já ali existem desde o ano passado”<sup>17</sup>.

Talvez por isso, numa tentativa de reordenar o espaço, quando a Praça foi arrendada ao comendador Antonio José da Silva em 1869, três amplos *chalets* foram construídos nas Marinhas, divididos em barracas abertas com “comércio destinado à alimentação”<sup>18</sup>. Para ocupá-las, era necessário solicitar uma licença e pagar uma taxa anual à Câmara. Ainda assim, lavradores ou roceiros que quisessem continuar, “como antigamente, a venda de seus produtos” podiam se instalar no “espaço livre” reservado para eles, nos arredores do *chalet* erguido perto do Trapiche Maxwell, sem “ônus algum de locação ou qualquer outro”<sup>19</sup>. Mas essa nova reorganização pareceu desagradar alguns trabalhadores ali instalados.

Em 23 de abril de 1876, dois pavilhões haviam sido parcialmente destruídos por um incêndio. Contrários à sua reconstrução, diversos negociantes e proprietários

---

*escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola do Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 98-107.

<sup>16</sup> AGCRJ, Códices 61-3-16; 61-3-17; 61-3-18.

<sup>17</sup> AGCRJ, 61-2-11: Mercado da Candelária (1869), p. 10.

<sup>18</sup> *Almanak Laemmert*, 1875, pp. 839-840.

<sup>19</sup> AGCRJ, Códice 61-2-17: Mercado da Candelária (1870-1879), p.28.



estabelecidos na Praça das Marinhas enviaram uma representação ao Governo Imperial, alegando que a falta de higiene e a transformação de algumas barracas em cortiços estavam condenando os *chalets* e concorrendo para a proliferação da febre amarela. Nove dias depois, mais de 70 negociantes – entre os quais 18 quitandeiras – enviaram um outro abaixo-assinado à Câmara Municipal. Só que este grupo exigia a reconstrução dos pavilhões, que facilitavam bastante o “depósito, [a] guarda e [a] venda dos gêneros de primeira necessidade”. Alegavam que, desde o incêndio, “forçados a vender sem abrigo”, vinham sofrendo prejuízos, que acabavam revertidos para o público, “em parte pela alteração inevitável dos preços e falta de facilidades na compra de gêneros”.<sup>20</sup> Em poucos meses, as súplicas foram atendidas e os pavilhões, reerguidos.

Petições e ofícios como esses eram bem comuns naquela época. Os comerciantes da Praça, assim como outros trabalhadores da Corte, não hesitavam em expressar seus protestos contra as ações da polícia ou as decisões da municipalidade que consideravam prejudiciais a seus interesses. Mesmo que o exercício da cidadania fosse precário durante o Segundo Reinado, a população criava expectativas sobre seus direitos e sempre encontrava caminhos para reivindicá-los. Quando se considerava, ou se fazia crer, cumpridora de seus deveres, a disposição para luta se tornava ainda maior. Como destaca Juliana Teixeira Souza, na medida em que davam conta de suas obrigações, esses trabalhadores urbanos desejavam que seus direitos fossem reconhecidos e resguardados pelos governantes. Em muitos casos, recorriam diretamente ao Imperador, a quem caberia zelar pela paz, pela defesa e pelo proveito de todos os seus súditos<sup>21</sup>. Em outros, podiam mesmo lançar mão de protestos mais organizados e combativos.

No cais das Marinhas, essas tradições de luta vinham daqueles “tempos imemoriais”. Em maio de 1776, quitandeiras negras – escravas ou libertas – enviaram um ofício à Mesa do Senado da Câmara do Rio, pedindo para não serem despejadas de seu costumeiro local de trabalho, como queria um juiz de fora (autoridade que presidia a Câmara). Conforme destacaram no documento,

---

<sup>20</sup> AGCRJ, Códice 46-1-6: Lavoura do município – Projetos, medidas de defesa, mercados da pequena lavoura, etc., p. 5-7.

<sup>21</sup> SOUZA, Juliana Teixeira. *A autoridade municipal na Corte imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp, Campinas, 2007, pp. 190-193.

“[elas] sempre gozaram a posse de vender suas quitandas defronte da casa da Câmara, na frente do mar, e justamente na vizinhança das bancas em que se vende o pescado, sem que por isso se embarace a serventia da rua; para o que costumam anualmente tirar licença do Senado e pagar o devido foro, como o mesmo escrivão e tesoureiro do Senado podem informar”<sup>22</sup>.

Depois de angariarem o apoio do procurador municipal – que dizia ser “sensível a falta delas na citada paragem, pelo não pouco incômodo que tem experimentado o povo” – as quitandeiras conseguiram retornar ao seu tradicional ponto de venda. Em um parecer sucinto, o ministro da Justiça determinou que elas permanecessem nos fundos da casa da Câmara e Cadeia, pois “o bem comum deve prevalecer a qualquer utilidade particular”.

Em sua análise sobre o manifesto, Flávio Gomes e Carlos Eugênio Líbano Soares assinalam que essa, talvez, tenha sido a primeira vitória de uma certa “cidadania” na urbe carioca, envolvendo a população negra, africana e crioula, residente na capital da Colônia. E, mais do que isso, o protesto deixava claro o nível de organização coletiva e ocupacional dessas mulheres quitandeiras em pleno século XVIII, que lhes permitira não somente administrar a posse do terreno, como criar uma cisão entre os “homens bons” do Rio de Janeiro.<sup>23</sup>

Como se vê, pequenos lavradores, quitandeiras e *pombeiros* ocupados com o comércio de gêneros agrícolas e peixe nas bordas do Mercado da Candelária lutavam, com as armas que dispunham, para conseguir seus direitos. Até a década de 1880, o usual era a “revolta pacífica”, por meio de petições e abaixo-assinados enviados à Câmara Municipal. Em 1885, quando os tipógrafos e os cocheiros da Botanical Garden já haviam ensaiado seus movimentos grevistas, os mercadores e produtores das Marinhas decidiram partir para “ataques” mais diretos e até mesmo violentos<sup>24</sup>. As estratégias podiam até ser

<sup>22</sup> Arquivo Nacional, Códice 807, v. 19, “Requerimento das quitandeiras em que pedem se lhe não perturbem vender suas quitandas defronte da casa da Câmara, em frente do mar”. Este documento foi analisado em: GOMES, Flávio S. & SOARES, Carlos E. Líbano. “‘Dizem as quitandeiras’: ocupações urbanas e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX”. *Acervo*, v.15, n.2, jul./dez.2002, pp. 3-16.

<sup>23</sup> GOMES & SOARES, op. cit., p. 6.

<sup>24</sup> Paralisações do trabalho já ocorriam na Corte desde pelo menos meados do século XIX, envolvendo até mesmo escravos. Em 1858, tipógrafos pararam nas três folhas diárias da Corte, naquela que já foi considerada “a primeira greve do Rio de Janeiro, talvez do Brasil”. Podemos citar ainda a luta dos caixeiros contra a abertura do comércio aos domingos em 1866 e a greve dos cocheiros da Botanical Garden, em 1873, que exigiam a readmissão de companheiros demitidos. Contudo, como destaca o historiador Marcelo Badaró, foi só a partir do final do século XIX que as greves se generalizaram no Rio, assumindo contornos de principal instrumento de classe. Cf. GOMES, Flávio dos Santos. “História, protesto e cultura política no Brasil escravista”. In: SOUZA, José Prata de. (org.) *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Aperj,



consideradas uma novidade ali na Praça. Mas estavam imbuídas de padrões, valores e tradições forjados naqueles momentos anteriores<sup>25</sup>. Vejamos então mais de perto como esses elementos culturais e políticos imiscuíram-se na greve de outubro de 1885.

## Em greve

No dia 5 de outubro, barracas para venda de hortaliças e legumes substituíram os velhos chapéus de sol que ficavam logo ao lado dos *chalets*. De acordo com os empresários Bernardo de Oliveira Melo, Vital Vaz do Espírito Santo e Arthur Deodécio Nunes de Souza, do consórcio Oliveira & C., responsável pelo arrendamento do terreno, as 53 bancas, com armação de ferro e cobertura de lona impermeável, abrigariam os pequenos lavradores e consumidores do sol e da chuva e ainda promoveriam “um grande melhoramento para a salubridade local e até para os comerciantes”<sup>26</sup>. Para desfrutar de tal *privilégio* era necessário desembolsar uma diária de \$400 réis<sup>27</sup>. Só foi difícil encontrar alguém disposto a pagar a quantia.

Enquanto os convidados dos empresários almoçavam e brindavam no *Hotel Novo Mundo*, uma greve já havia sido organizada na praça<sup>28</sup>. Nenhum barraqueiro apareceu para oferecer legumes, aves, frutas e outros gêneros de consumo diário. No cais das

---

1998, p. 66; MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Tese apresentada para concurso de professor titular de História do Brasil da UFF, 2005; POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Para Salvador, ver: REIS, João J. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, 18, 1993, pp. 8-21.

<sup>25</sup> Conforme destaca Thompson, a análise do processo de formação da classe deve recuar aos momentos anteriores, formadores de padrões e valores forjados na luta de classes, que orientam a visão de mundo da “nova” classe. Da mesma forma, do ponto de vista das experiências organizativas, o historiador inglês ressalta que discursos e práticas de fundo classista surgem mesmo em meio a organizações coletivas de natureza não-sindical ou partidária. Assim, a tentativa de aferir consciência de classe pela participação em partidos e sindicatos não é necessariamente a mais adequada. Cf. THOMPSON, E. P. “Algumas considerações sobre classe e falsa consciência”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp.

<sup>26</sup> AGCRJ, Código 58-3-39, “Barracas na praça das Marinhas e à margem do cais da doca da praça do Mercado, em substituição aos ‘chapeos de sol’”, colocados na mesma área”, p. 4.

<sup>27</sup> O consórcio Oliveira & C. deveria, para construir as barracas e explorar o local, pagar uma jóia de 20:000\$000, locação de 5:000\$000 anualmente, além de outras obrigações, como: asseio do terreno, consertos, arborização – gastos superiores a 50:000\$000 no 1º biênio, e no resto do prazo em cerca de 18:000\$000 anual. AGCRJ, Código 58-3-39, op. cit., p. 2.

<sup>28</sup> A reconstrução dos acontecimentos apresentada a seguir está em diversos jornais e revistas publicados no período, como *O Diário de Notícias*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *O Mequetrefe*, *Revista Ilustrada*, entre outros. Para uma ampla análise da greve, ver: Juliana Barreto Farias. “Mercado em greve: protestos e organização dos trabalhadores do pequeno comércio, Rio de Janeiro/década de 1880”. *Anais da Biblioteca Nacional*, 2010, no prelo.

Marinhas, escravos, libertos e homens livres foram impedidos de descarregar produtos. Quando dois negociantes de verduras tentaram ocupar duas das tão “faladas barraquinhas”, foram barrados por seus “colegas de roça”. Uma escolta policial se apresentou no local e, mais tarde, apareceram ainda o 3º delegado, Dr. Carijó, seu escrivão e o capitão Vieira, que ali permaneceram até adiantadas horas. Contudo, nenhuma ocorrência mais séria foi registrada. Apenas o Sr. Inocêncio Correia da Silva, subdelegado da freguesia de Itamby, em São João de Itaboraí, foi detido – e solto logo em seguida – por ter falado “cobras e lagartos” das barracas.

Só que a confusão já estava armada nas ruas e folhas impressas da Corte. Na edição do *Jornal do Commercio* do dia seguinte, era possível ler a petição que os mercadores enviaram ao Ministério do Império, apelando ao imperador. No documento, que trazia a assinatura *O povo*, lembravam que já não lhes parecera regular o contrato de 1869, que também privara o “povo” de um espaço público. Mas, naquela época, acabaram relevando o ato da Câmara, já que os *chalets* traziam à população e ao pequeno comércio de caráter mais fixo o “benefício do abrigo”. E ainda lhes deixava reservado o cais, “formado pelo espaço de 30 palmos a estreita rua entre a rampa da Doca e os chalets da praça das Marinhas”. Agora, entretanto, não podiam aceitar que este pequeno e acanhado espaço fosse transformado em “possessão de empresários felizes”<sup>29</sup>.

No mesmo dia, nas seções de “publicações a pedidos” de diversos jornais, como o *Jornal do Commercio*, o *Diário de Notícias*, *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*, os concessionários apresentavam suas reclamações, destacando que era “evidente o interesse coletivo resultante [do contrato]”. Por um lado, o público poderia consumir os produtos sem que durante longas horas ficassem expostos ao sol ou à chuva; e os comerciantes, por sua vez, mediante uma “módica contribuição”, teriam abrigo do tempo, lugar certo e “uma comodidade que não oferecia a promiscuidade de então”.<sup>20</sup> Acontece que poucos achavam aquela contribuição tão modesta assim. Ora, como as barraquinhas mediam um metro de largura por três de comprimento, e cada vendedor a dividiria com outros cinco, no final acabariam desembolsando 400 réis diários, ou doze mil réis mensais, “por um espaço insuficiente para conter o mais insignificante produto da pequena lavoura”.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> *Jornal do Commercio*, “A barraca do cais da doca”, 6 de outubro de 1885, p. 2.

<sup>30</sup> AGCRJ, Códice 58-3-39, “Barracas na praça das Marinhas e à margem do cais da doca da praça do Mercado, em substituição aos ‘chapeos de sol’”, colocados na mesma área”, folha 8.

Por isso mesmo a movimentação dos grevistas não cessava. Durante a madrugada do dia 7, as estacas de algumas barraquinhas foram arrancadas. Logo pela manhã alguns vereadores se dirigiram à Praça para tentar falar com os pequenos lavradores. Mas nenhum acordo foi firmado. No dia seguinte, com a praça ainda deserta, mais de cem quitandeiros e mercadores das freguesias suburbanas decidiram “marchar” até a rua do Ouvidor e recorrer às “folhas impressas”. Em breves palavras, um dos redatores da *Gazeta* arvorou-se representante dos jornais e revistas, afirmando que a imprensa tinha o dever de ficar ao “dos que sofrem em seus direitos”, e mostrar-se contrária a monopólios e privilégios, “só favorável a alguns com manifesto e prejuízo de muitos”.<sup>31</sup>

Ainda que apresentassem perfis por vezes distintos, uns tendendo para uma postura mais conservadora, caso do *Jornal do Commercio*, outros mais liberais, como a *Gazeta de Notícias*, quase todos os periódicos da corte deixavam claro seu apoio ao movimento, publicando textos e imagens recheados de gracejos e críticas aos empresários, a Câmara Municipal e seus vereadores. Mas, como também evidenciavam, apoiavam uma postura legalista, uma “revolta pacífica”, repudiando ações mais violentas. De todo modo, para além de simplesmente noticiarem as disputas e discussões travadas naqueles dias de outubro, jornais e revistas ilustradas ampliaram sua dimensão e atuação política, influenciando a opinião pública e mesmo determinando o desenrolar do movimento grevista.<sup>32</sup>

Para evitar ainda mais barulho, o Ministro do Império Ambrósio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré, ordenou que a Câmara suspendesse o contrato e a armação das barracas até que o impasse com os grevistas fosse resolvido. Chegou-se a acreditar que finalmente a Praça das Marinhas voltaria “ao seu antigo estado de coisas e as couves ao seu antigo preço”.<sup>33</sup> Mas os ânimos estavam longe de amainar.

Na tarde de 8 de outubro, um grupo de lavradores da Penha não deixava que um só animal carregado ou qualquer carroça com legumes e verduras passasse pela ponte de Cascadura em direção à corte. Muitos tropeiros tiveram de voltar com suas cargas, recebendo daqueles homens algumas quantias para acudir as suas necessidades enquanto

<sup>31</sup> *Gazeta de Notícias*, 9 de outubro de 1885, p. 1.

<sup>32</sup> Para uma análise da cobertura do movimento grevista pela imprensa, ver: Juliana Barreto Farias. “Jornalismo e política: a imprensa na greve de pequenos lavradores e quitandeiras das Praça das Marinhas, Rio de Janeiro/década de 1880”. In: *Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia*. Niterói, Maio/2008.

<sup>33</sup> *Gazeta de Notícias*, “A crise dos legumes”, 11 de outubro de 1885, p. 1.

persistisse a greve. Durante a madrugada, treze barraquinhas foram inutilizadas na praça das Marinhas. De manhã, pequenos agricultores de Irajá, Inhaúma e Jacarepaguá dividiram-se em dois grupos: enquanto um, postado em diversos pontos da estrada, impedia a passagem de cargueiros e carroças que se dirigiam para a estação de trem da região; o outro, ali nas proximidades, armado de cacetes, proibia que os carregadores recebessem os carretos de cestos e hortaliças. Nenhum volume foi despachado na estação, que, diariamente, remetia mais de 500 caixas de verduras para a praça. Nos largos do Pedregulho, Benfica e Praia Pequena, cerca de cem homens, portando revólveres, punhais, foices e cacetes, também barravam os carregamentos que desciam de Inhaúma e Irajá. Quinze praças de polícia foram até ali para conter atos mais violentos. O conflito foi inevitável e resultou no ferimento de soldados e grevistas, e ainda na prisão de 17 homens.

Enquanto nas freguesias suburbanas muitos optavam por essas ações mais diretas, e mesmo violentas, no coração da corte, mais de duzentos lavradores preferiram reunir-se numa casa da rua Ourives para discutir a “questão das barraquinhas”. Depois de muito falatório, decidiram aguardar deliberação da Câmara Municipal para tomar uma resolução definitiva. Contudo, garantiram que se não pudessem voltar para seu lugar na praça das Marinhas, ocupariam o centro e as ruas ao redor da Praça da Harmonia.

Talvez porque não quisesse sofrer mais um desgaste, como aquele de cinco anos antes, durante a Revolta do Vintém, ou desagradar ainda mais a “lavoura nacional”, D. Pedro II resolveu intervir nos conflitos armados na praça. Em fins de dezembro de 1879 e início de 1880, a revolta contra o aumento do preço dos bondes tomou as ruas do Rio, reunindo uma multidão de quase 4 mil pessoas no Largo do Paço. Embora a lei que definiu esse novo valor tenha sido proposta pelo ministro da Fazenda e, em consequência, as escaramuças estivessem dirigidas ao gabinete ministerial e não propriamente ao imperador<sup>34</sup>, a presença de instigadores republicanos entre os manifestantes conferiu ao movimento uma dimensão mais ampla, de verdadeira hostilidade à monarquia<sup>35</sup>. Cinco anos mais tarde, entre aqueles que apoiavam os

<sup>34</sup> Nessa época, presidia o Conselho de Ministros o visconde de Sinimbu, e era ministro da Fazenda o futuro visconde de Ouro Preto. “Esse gabinete sucedera ao de Caxias, e representava a volta dos liberais ao poder, depois de anos de domínio conservador”. Ver: José Murilo de Carvalho. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 175.

<sup>35</sup> Cf. Sandra L. Graham. “O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro, 1880”. *Revista Brasileira de História*, vol. 10/n. 20, São Paulo, mar/ago 1991.

pequenos lavradores em greve, estava o jornalista José do Patrocínio, um dos líderes republicanos que, em 1880, havia insuflado as massas a favor da revogação da medida. Portanto, não faltavam motivos para que D. Pedro II ficasse receoso naqueles dias de outubro de 1885. Na *Gazeta da Tarde* de 7 de outubro, Patrocínio falava das desvantagens das novas barracas e aproveitava para criticar o regime imperial:

As barraquinhas vêm desse tráfico de privilégios, que tanto tem honrado o segundo império, e que é também providencialmente a larga brecha por onde há de entrar a onda popular para lavar o país da mancha de um governo, que não se respeita.

Mesmo que nem todos tenham sido tão diretos quanto o jornalista da *Gazeta*, a combatividade e as idéias republicanas também se espalhavam por outros jornais e pelas ruas. Sendo assim, como é possível perceber em alguns textos, sob as manifestações em favor dos grevistas, também se revelavam críticas ao governo e discussões mais finas sobre os direitos da população e a construção de uma cidadania<sup>36</sup>. Diante de “tamanho grito”, em 12 de outubro o imperador ordenou, por intermédio do Barão de Mamoré, que os vereadores designassem “um local no litoral em que os referidos comerciantes possam expor à venda os seus produtos sem os vexames a que se sujeitou a concessão irrefletidamente feita para o assentamento das barracas”.<sup>37</sup>

Parece que a determinação de um lugar próximo ao cais e a apenas quatro ou cinco braças daquele que foi arrendado a Oliveira & C. acalmou os pequenos lavradores, que suspenderam os protestos. Afora a licença anual que já pagavam à Câmara, não precisariam desembolsar qualquer outra quantia; só teriam mesmo que enviar novos requerimentos à Câmara para continuarem com seu negócio. Na manhã do dia 15, grande número de barcos já descarregavam legumes no cais do Pharoux e na praça das Marinhas. Ali perto, na Praça de D. Pedro II, roceiros de Niterói e “lugares circunvizinhos” faziam seu negócio. Já os lavradores da Penha, de Inhaúma e outras áreas suburbanas instalaram suas quitandas ao lado da Alfândega. Quanto às novas barraquinhas de ferro, voltaram a ser armadas na Praça das Marinhas em 24 de outubro, e só aqueles que quisessem mesmo ocupá-las teriam que pagar os 400\$ diários. Os empresários do consórcio, por sua vez, tiveram que esperar até o ano de 1886 e as longas

<sup>36</sup> Cf. Maria Tereza Chaves de Mello. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora da FGV/Edur, 2007, pp. 19-91.

<sup>37</sup> AGCRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 96.

discussões na Câmara para terem os direitos, que julgavam perdidos com as mudanças no contrato, ressarcidos.

Embora não contassem com líderes declarados ou grupos institucionalizados à frente do movimento, estava evidente a organização e a mobilização dos grevistas da Praça das Marinhas. Ainda que vez ou outra seus nomes fossem mencionados nas páginas da imprensa, em geral eles eram referidos, genericamente, como pequenos lavradores, mercadores, vendedores de hortaliças e legumes, roceiros, quitandeiros ou *pombeiros*. Num primeiro olhar, esses designativos parecem meros sinônimos, que se repetem e alternam em notas, editoriais e comentários de leitores, sem um critério muito bem definido. No jornal *O Paiz* de 9 de outubro de 1885, por exemplo, são chamados de vendedores de frutas e hortaliças numa espécie de editorial publicado na primeira página, ao passo que no “Noticiário” da mesma edição são identificados como mercadores e lavradores. Decerto que, em muitos casos, se trata mesmo de termos com sentidos idênticos. Vendedores e mercadores, por exemplo, são expressões empregadas tanto para os grevistas como para os arrendatários de bancas na Praça do Mercado. Contudo, um exame mais atento dos registros impressos, sobretudo em comparação com outros documentos e imagens, desvenda algumas diferenças entre essas categorias.

A partir da leitura dos periódicos, conseguimos identificar somente os nomes de alguns comerciantes e os locais onde ficavam umas roças e propriedades, como Irajá, Cascadura ou São Gonçalo, no município de Niterói. Já os requerimentos encaminhados pelos mercadores e seus representantes em novembro de 1885, após o fim da greve, apresentam mais detalhes e podem ser considerados os melhores documentos para se conhecer um pouco mais sobre esses trabalhadores do pequeno comércio<sup>38</sup>. Assim,

---

<sup>38</sup> Nos códices sobre a “Lavoura do município”, guardados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, estão reunidos requerimentos de 315 pequenos lavradores, enviados à Câmara Municipal no mês de dezembro de 1885. Antes dessa data, os registros são bem esparsos. A explicação é simples. Até então, a Câmara só exigia dos comerciantes o pagamento de uma licença anual pelo aluguel da vaga em uma barraca ou num chapéu de sol na Praça das Marinhas. Entretanto, com a greve de outubro de 1885, os vereadores mais uma vez se viram diante da necessidade de ordenar e controlar os trabalhadores ali instalados. Assim, depois de encerrado o movimento grevista, decidiram, em sessão do dia 19 de novembro, convidar os pequenos lavradores para que, no prazo de 15 dias, se inscrevessem na Secretaria Municipal. Os pedidos por escrito incluíam informações sobre os locais de residência e lavoura, o tipo de transporte utilizado para conduzir os produtos, nomes de encarregados e, em alguns poucos casos, informações como nacionalidade, estado civil e idade do comerciante. Seguindo as recomendações da Câmara, os lavradores ainda apresentavam atestados de inspetores de quarteirão, procurações e documentos comprovando seu ofício e o lugar de residência, como escrituras de compra e venda de propriedade ou recibos de arrendamento de terrenos. Para uma análise detalhada desses registros, ver: Juliana Barreto



observamos que um grupo expressivo era formado por roceiros portugueses e brasileiros, que viviam sobretudo em pequenas parcelas de terras arrendadas nas áreas rurais de Niterói, ou nas freguesias suburbanas do Rio. Além disso, quase sempre tinham *consignatários*, algumas vezes seus próprios parentes ou vizinhos, que vendiam os produtos de sua lavoura nas vagas arrendadas na Praça. Também havia quitandeiros entre esses revendedores.

Se até pelo menos os anos de 1860 e 1870 as mulheres africanas da Costa da Mina dominavam as vendas em quitandas nas ruas e mercados da cidade<sup>39</sup>, em 1885 encontramos muitos homens e mulheres crioulos, mestiços e brancos, especialmente os imigrantes portugueses, ocupados neste ramo do pequeno comércio.<sup>40</sup> Contudo, perscrutando “pequenos” jornais e revistas e alguns registros iconográficos, ainda é possível redescobrir as tradições negras de outrora. Em 10 de outubro de 1885, o jornal *O Mequetrefe* publicou uma seqüência de quadros ilustrados (semelhante a uma história em quadrinhos) retratando os conflitos armados na Praça das Marinhas. Observando atentamente as imagens, identificamos os antigos chapéus de sol (que seriam substituídos pelas polêmicas barraquinhas), cestos com legumes e frutas e uma pequena multidão que incluía fregueses (senhoras bem vestidas acompanhadas de seus maridos de fraque e cartola, empregadas domésticas, etc), pequenos lavradores (quase sempre caracterizados com cavanhaques, chapéus e pés descalços) e ainda negras quitandeiras, com seus inconfundíveis turbantes e panos da Costa.

Como a própria seqüência de ilustrações d’*O Mequetrefe* deixa entrever, a participação dessas vendedoras estava longe de ser apenas esporádica. No quadro em que se retrata a luta “pacífica” armada pelos grevistas, vemos um homem discursando sobre

---

Farias.. “Mercado em greve: protesto e organização dos trabalhadores do pequeno comércio, Rio de Janeiro/década de 1880”. *Anais da Biblioteca Nacional*, 2010.

<sup>39</sup> Sobre as negras minas quitandeiras, ver artigos de Carlos Eugênio L. Soares e Flávio Gomes: SOARES, Carlos E. Líbano. “Comércio, nação e gênero: as negras minas quitandeiras no Rio de Janeiro, 1835-1900”. In: FRAGOSO, J., MATTOS, H. M & SILVA, F. C. (orgs.) *Escritos sobre história e educação*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001, pp. 401-415; “A ‘nação’ da mercancia: Condição feminina e as africanas da Costa da Mina, 1835-1900”. In: FARIAS, J. B., GOMES, Flávio S. & SOARES, C. E. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pp. 193-247. GOMES, Flávio & SOARES, Carlos E. L. “‘Dizem as quitandeiras’... : ocupações e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, julho/dezembro 2002, pp. 3-16.

<sup>40</sup> Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos Cebap*, n. 21, julho/1988, pp. 30-56; FARIAS, Juliana Barreto. “Ardis da liberdade: trabalho urbano, alforrias e identidades”. In: SOARES, Mariza de Carvalho. *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007, pp. 225-256.

montes de laranjas, enquanto outros mercadores e quitandeiras, em pé ou sentados sobre cestos, frutas e legumes, estão atentos ouvindo. Se nos quadros seguintes não encontramos mulheres caminhando até a rua do Ouvidor para pedir apoio aos jornais da Corte, isso não quer dizer, necessariamente, que elas não participassem da organização dos protestos, ou mesmo influíssem nas resoluções tomadas. Uma outra ilustração publicada no jornal ilustrado naquele mesmo dia de outubro fornece mais pistas para essa hipótese.

Ocupando uma página inteira da publicação, uma charge, intitulada *O que é ser príncipe!*, representa o encontro de uma quitandeira, reproduzida com seu tabuleiro de frutas, e um negro elegante, trajando fraque, cartola e luvas, trazendo à mão bengala e guarda-chuva, e ainda ostentando sobre o nariz um *pince-nez*. Trava-se então o seguinte diálogo:

- Abença? ...Home, esse greve, esse greve!...Um!...tá bão...Vossucê percisa fazê o escrevê a imperadô, desse cosa q si chama ballaquinha que tá lá na Praça.

- Oh!...vai acabar. Já tenho alguns artigos prontos!<sup>41</sup>

A figura elegante que se dispõe a ajudar a quitandeira era ninguém menos que Dom Obá II D'África, o famoso Príncipe do Povo das ruas do Rio de Janeiro. Este filho de africano forro, batizado como Cândido da Fonseca Galvão, era um líder popular, reverenciado e sustentado pela comunidade negra da Corte. Considerado “meio amalucado” pela elite, era o primeiro a chegar às audiências públicas que o imperador D. Pedro II concedia aos sábados na Quinta da Boa Vista e tinha voz ativa na imprensa da época<sup>42</sup>. Como é possível observar em diferentes registros, seu “reinado” estava circunscrito a uma parcela da população africana e crioula, composta tipicamente por escravos, libertos e homens livres. Entre esse grupo, destacavam-se as quitandeiras do Largo da Sé e os negros minas, que, “convencidos de sua hierarquia, prestavam-lhe homenagens reais, beijando-lhe a mão, que ele trazia sempre enluvada”.<sup>43</sup>

Não temos como atestar se os desenhistas e redatores d'*O Mequetrefe* realmente presenciaram um encontro entre Dom Obá e a quitandeira da Praça das Marinhas. Nem

<sup>41</sup> BN, *O Mequetrefe*, 10 de outubro de 1885, p.8.

<sup>42</sup> Para uma detalhada biografia sobre D. Obá, ver: Eduardo Silva. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo*. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>43</sup> SILVA, op. cit., p. 124.

tudo que saía nas revistas ilustradas devia ser “levado a sério”, o que não excluía a hipótese de que tudo pudesse ser considerado seriamente. A escolha cabia ao leitor.<sup>44</sup> E a situação era de fato perfeitamente plausível, já que o “príncipe do povo” era conhecido por divulgar seus textos na imprensa, e naquele momento jornais e revistas davam total apoio à greve. De qualquer maneira, importa ressaltar que essa representação galhofeira só demonstra como as quitandeiras – ou talvez suas tradições “imemorais” – marcavam politicamente o mercado e o próprio movimento de outubro de 1885.

A *Revista Illustrada* também não deixou as vendedoras de quitandas de fora. Abusando de seu humor habitual, publicou, em 17 de outubro, uma sequência de pequenos quadros intitulada “Greve dos Legumes”. Criticando a carestia dos alimentos – uma consequência direta da greve –, mostrava fregueses reclamando do preço de uma omelete e os brincos de rabanetes e chapéus com legumes que já estavam virando “jóias” e “presentes” disputados. Para castigar os vereadores, que “lograram um logradouro público”, sugeriam um castigo exemplar: fechá-los num quarto com meia dúzia de furiosas quitandeiras. Se depois de dez minutos não ficassem loucos, “é porque terá tomado o expediente de atirar-se pela janela”.

Recorrendo às atas das sessões da Câmara Municipal de 1884, quando os vereadores já discutiam os termos do contrato das barraquinhas, localizamos mais indícios sobre a ruidosa presença dessas mulheres na Praça. De acordo com um dos vereadores que esteve na sessão de 4 de dezembro, a “grita levantada” por alguns jornais não se guiava pelas queixas dos lavradores, simplesmente porque eram raros os que estacionavam na praça. A maior parte só desembarcava seus gêneros ali para que as quitandeiras os vendessem. Os verdadeiros instigadores da greve de 1885 eram “alguns especuladores bem conhecidos”, que exigiam de “grande número de quitandeiras, que estacionam seus tabuleiros ou cestas junto às portas externas da Praça do Mercado, a capitação mensal de trinta a quarenta mil réis”. Segundo um dos vereadores, seria essa a verdadeira razão da “celeuma levantada contra os concessionários”; o barulho não vinha dos roceiros ou das vendedoras que paravam na praça simplesmente porque a contribuição que deviam pagar era muito inferior aos ônus que estavam sujeitos.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> Marcelo Balaban. *Poeta do lápis: a trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial – São Paulo e Rio de Janeiro, 1864-1888*. Tese de doutorado em História, Unicamp, 2005, p. 268.

<sup>45</sup> ACGRJ, Códice 58-3-39, op. cit., folha 50.

Como destacam Charles Tilly e Edward Shorter, uma greve não é uma erupção espontânea. Além de depender de toda uma organização prévia, ela quase sempre canaliza demandas individuais para fins coletivos. E esse arranjo pode acontecer tanto nas interações habituais de parceiros de trabalho, como em estruturas mais elaboradas como sociedades mutualistas ou sindicatos<sup>46</sup>. Conforme vimos, os pequenos negociantes e lavradores grevistas da Praça das Marinhas não contavam organizações mais institucionalizadas, mas mantinham fortes redes de contato que extrapolavam a labuta cotidiana no mercado. Não só viviam em pequenas propriedades coladas umas às outras (ou até mesmo nas mesmas casas), como dividiam as embarcações que transportavam os produtos de suas vendas e, em alguns casos, as próprias bancas. E, certamente, também compartilhavam espaços de lazer e conagração cultural.

Além do mais, a própria experiência acumulada em protestos anteriores foi fundamental para o movimento de outubro de 1885. Desde o século XVIII, quitandeiras negras e vendedores de peixe instalados naquela região lutavam por *seus* lugares de trabalho. Instalados ali desde uma época que parecia “perdida nas névoas do passado”, julgavam ter direitos e privilégios na sua ocupação.<sup>47</sup> Compartilhada por diferentes categorias, essa *tradição de protesto* era transmitida – e, constantemente, renovada – de grupo para grupo, de geração para geração. Não à toa, quase quatro meses após o fim da greve, três mercadores das Marinhas – “em comissão dos lavradores do Recôncavo do Rio de Janeiro” – voltaram a solicitar ao governo, agora de forma mais contida, “um logradouro para a venda dos produtos de sua lavoura, que tanto interessam ao abastecimento da cidade”. Insatisfeitos com o local que lhes fora designado pela Câmara no final de 1885, ainda tinham que suportar a má-vontade dos vereadores “no gozo dos novos logradouros pelos pequenos lavradores”.<sup>48</sup> Embora tenham permanecido na área *escolhida*, esse pequeno protesto só mostra como eles não desistiam de brigar pelos seus direitos.

<sup>46</sup> SHORTER, Edward & TILLY, Charles. *Strikes in France: 1830-1968*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1978, p. 338. Citado em TERRA, Paulo Cruz. “Cidadania e trabalhadores: a greve dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro em 1900”. In: RIBEIRO, Gladys (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1900*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p. 265.

<sup>47</sup> Uma referência importante para essa discussão são os livros de Thompson, especialmente *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; *Senhores e caçadores: a ordem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>48</sup> *O Paiz*, 6 de fevereiro de 1886, “As barraquinhas”, p. 1.